

# O desenvolvimento recente do setor de serviços no Nordeste do Brasil

## *The recent development of the third sector in Northeastern Brazil*

**CARLOS ANTONIO ARAÚJO  
CAVALCANTI JUNIOR**

Economista (UFPE), Doutor em  
Economia (UFPE-PIMES)  
orcid.org/0009-0001-2379-7644

**JOÃO POLICARPO RODRIGUES LIMA**

Economista (UFPE), PhD em Economia  
(Universidade de Londres), Prof. Titular  
do Departamento de Economia da  
UFPE e pesquisador do CNPq  
orcid.org/0000-0003-1485-0025

### RESUMO

Este artigo procurou estudar a conjuntura e o desenvolvimento recente, ao longo das duas primeiras décadas do século 21, do setor de serviços no Nordeste do Brasil. A crescente importância que o setor terciário têm assumido nas regiões mundo afora, assumindo a liderança na participação do produto das economias, o tornam elemento indispensável para uma análise regional. Uma abordagem do tipo para o Nordeste, região brasileira mais tradicionalmente atrasada em termos socioeconômicos, torna a análise ainda mais interessante. O estudo buscou principalmente analisar as séries históricas dos setores de serviços na região, em termos do valor adicionado das atividades e de variáveis do mercado de trabalho formal. Dentre os resultados, observou-se uma importante expansão do setor privado de serviços dentro do território nordestino, tanto em valor como emprego, inclusive diminuindo a desigualdade setorial regional. Porém, ainda persiste a dificuldade de localidades menores na absorção de algumas atividades mais elaboradas.

**Palavras-chave:** desenvolvimento econômico; economia do nordeste; setor de serviços; produtividade.

### ABSTRACT

This paper sought to study the situation and recent development, over the last two decades, of the service sector in Northeast Brazil. The growing importance that the tertiary sector has assumed in regions around the world, taking the lead in the share of the product of economies, make it an indispensable element for a regional analysis. An analysis of the type for the Northeast, the most traditionally backward Brazilian region, makes the analysis even more interesting. The study mainly sought to analyze the historical series of the service sectors in the region, in terms of the added value of activities and variables of the formal labor market. Among the results, there was an important expansion of the private sector of services within the northeastern territory, both in terms of value and employment, including reducing regional sectoral inequality. However, the difficulty of smaller locations in absorbing some more elaborate activities persists.

**Keywords:** economic development; the northeast brazilian economy; service sector; productivity.



<http://dx.doi.org/10.51861/ded.dmlvtss.2.643>

Recebido em: 8 de março de 2023. Aprovado em: 29 de março de 2023.

## INTRODUÇÃO

A crescente evolução do setor terciário na participação do produto e do emprego das economias em geral ao longo das últimas décadas tem colocado o setor em posição de protagonismo no que confere à dinâmica das regiões. A complexidade regional nordestina, sendo ainda um território relativamente atrasado e com diferenças intrarregionais econômicas e sociais relevantes, confere, portanto, grande curiosidade no entendimento do padrão de composição e evolução dos variados subsetores dos serviços dentre as diversas sub-regiões.

Apesar disto, a literatura recente de desenvolvimento econômico sobre a Região Nordeste tem evidenciado que transformações importantes podem estar em curso na economia e na sociedade da região desde o começo dos anos 2000. Entender o comportamento do setor terciário nesse contexto é portanto fundamental.

O entendimento da forma como está se comportando o setor terciário na região passa por outra questão pertinente. Na medida que se espera que a economia de uma região se desenvolva, é esperado que o peso do setor de serviços aumente também, uma vez que grande parte dessas atividades está diretamente ligada ao aumento do dinamismo econômico. Porém, em regiões mais pobres e pouco dinâmicas, como é o exemplo de determinadas regiões no Semiárido Nordeste, o peso elevado que as atividades ligadas à administração pública possuem na comparação com os demais setores econômicos faz com que o setor de serviços seja relevante. Esta característica torna peculiar a análise a ser feita sobre o setor na região, com clara necessidade de separação das atividades ligadas a administração pública das demais atividades terciárias.

O estudo dos vínculos empregatícios dos setores, por sua vez, acaba por levantar questões acerca de outras variáveis relacionadas com estes, como é o caso dos salários pagos. Esta variável permite uma maior compreensão da produtividade do trabalho entre os setores estudados e entre períodos, o que incrementa melhor a caracterização dos locais onde determinados setores estão se tornando relevantes ou não. Por fim, os salários médios de cada setor refletem também a qualificação média do trabalhador em cada um destes, permitindo uma interpretação da região acerca de suas diferenças de capital humano.

O presente estudo, portanto, possui o objetivo de entender a conjuntura e as transformações sofridas pelo setor terciário nordestino nas duas primeiras décadas do século XXI. Buscando responder a algumas questões como: Quais as consequências dessas transformações sobre as diferenças intrarregionais do setor no Nordeste? E quais as consequências sobre as diferenças inter-regionais entre o Nordeste e as demais regiões brasileiras? Quais resultados podemos encontrar ao diferenciar a análise entre serviços públicos e privados? Quais localidades têm apresentado um dinamismo mais relevante em cada subtipo de serviço? Qual a diferença entre o salário médio pago por cada subsetor? Este trabalho consequentemente contribui para a literatura de heterogeneidade setorial, avaliando a heterogeneidade do setor terciário dentro da Região Nordeste, tanto entre seus subsetores, como entre regiões.

## O SETOR TERCIÁRIO E O SEU DESENVOLVIMENTO

O setor terciário da economia, também conhecido como o setor de serviços, constitui um dos três setores de atividades econômicas dentro da abordagem mais clássica<sup>1</sup>. Este setor possui a característica particular de que a produção final de suas atividades resulta em bens ditos “intangíveis”, ao contrário dos demais setores primários (produção agropecuária) e secundário (produção industrial), que resultam em “bens finais”.

As atividades incluídas no setor de serviços vão desde o comércio varejista e atacadista de bens, passando por atividades de transporte e financeiras, serviços de comunicação e atividades imobiliárias, até as atividades incluídas no escopo da administração pública. De acordo com IBGE (2020), as atividades normalmente realizadas por este último compreendem a administração geral (executivo, legislativo, administração tributária, etc.); atividades de defesa, justiça, relações exteriores, dentre outros; a gestão do sistema de seguridade social e a regulamentação e fiscalização das atividades na área social e da vida econômica do país<sup>2</sup>.

A distinção dos serviços de acordo com sua produtividade é essencial em qualquer estudo sobre o assunto. Em seu trabalho, Silva, Menezes Filho e Komatsu (2016) concluem, em consonância com estudos anteriores, que no geral, os serviços destinados ao consumidor final (como serviços prestados às famílias e serviços de manutenção e reparação) apresentam níveis de produtividade relativamente mais baixos. Por outro lado, com elevados níveis de produtividade se destacam os serviços de informação e comunicação, e as atividades imobiliárias. Ainda, dentro desses subsetores se destacam segmentos altamente produtivos, dentre eles telecomunicações, segmentos de transportes e serviços auxiliares financeiros (atividades mais ligadas ao consumo intermediário). De fato, os autores concluem ainda que os serviços que acabam por serem mais intensivos em conhecimento possuem maiores níveis de produtividade e salários.

A evolução do setor de serviços ao longo do processo de desenvolvimento dos países e regiões e sua relação com a produtividade das economias é um outro objeto de interesse debatido na literatura. O setor terciário foi historicamente definido como um setor improdutivo, apenas complementar ao setor industrial e primário, somente recebendo atenção em meados do século XX (ANDRADE BASTOS; SOUZA & MACIEL, 2008). De acordo com Silva, Negri e Kubota (2006), a partir da segunda metade deste século, começou a se presenciar crescentes participações do setor de serviços no produto e no emprego das economias no geral<sup>3</sup>. De acordo ainda

---

1 Alguns autores dão ênfase a outras abordagens, como a separação das atividades em quatro setores, como é o caso de Kenessey (1987). Neste trabalho a distribuição das atividades entre os três primeiros setores é parecida com a usual, com poucas exceções. Já o quarto setor absorve os serviços financeiros, de seguros e imobiliários, além das atividades da Administração Pública.

2 As informações do valor adicionado da Adm. Pública extraídas do IBGE e utilizadas nesse trabalho inclui também o valor da educação e saúde públicas.

3 De fato, aparentemente, nessas regiões o dinamismo foi se transferindo do setor industrial para o setor terciário.

com os autores, a importância do papel dos serviços no processo de inovação e na competitividade das economias modernas se mostra no instante que as empresas industriais em geral, que antes exerciam internamente uma série de atividades de serviços, têm cada vez mais procurado serviços profissionais especializados fora do âmbito de suas empresas.

Um tópico importante neste contexto é a relação entre o crescimento do setor terciário e da renda per capita da economia. Uma explicação importante dessa dinâmica pode ser obtida a partir da interpretação da Lei de Engel<sup>4</sup>. Como na medida que a renda aumenta se diminui a proporção de consumo de produtos básicos como alimentos, é de se esperar que se aumente a proporção de consumo de determinados serviços não essenciais, tais como transporte de aplicativo, hospedaria, alimentação, serviços de lazer, etc. Essa abordagem foi mencionada em trabalhos como os de Silva e Lourenço (2014) e Giovannetti (2013). No primeiro estudo o autor utiliza a Lei de Engel como suporte para explicar a perda da importância relativa da indústria por conta das diferentes elasticidades renda da demanda entre os setores. Já o segundo autor enfatiza a importância que a Lei têm para o entendimento da dinâmica da inflação de uma economia, e de modo mais específico para a inflação de serviços.

Se espera também que o tamanho do setor de serviços seja diretamente relacionado com o tamanho da população urbana. Isso vale tanto para serviços públicos como privados. À medida que a população urbana cresce aumenta a demanda por serviços públicos como hospitais, atividades de ensino público e serviços jurídicos por exemplo. Por outro lado, serviços como conserto de automóveis, entregas de encomendas, serviços de limpeza, dentre outros, aumentam também. Outro fator que provavelmente influi tanto no montante de serviços, como na diversificação do setor, é o nível de desenvolvimento econômico no qual o meio urbano em análise se encontra. Isso também associa-se ao estágio de avanço tecnológico das atividades, com a sempre presente possibilidade da criação de novos tipos de serviços, assim como da reformulação de serviços antigos (como da convivência entre taxi e corridas de aplicativo).

Por fim, outro trabalho interessante que busca contextualizar o crescimento do setor de serviços nas economias é o de Kon (2009). De acordo com a autora, a evolução do setor em uma economia depende por um lado de fatores intrínsecos, como é o caso da demanda da economia. Por outro lado, fatores exógenos atuam nesse desenvolvimento, são exemplos: volume e velocidade de liberação da mão de obra rural que migra às áreas urbanas; capacidade do setor secundário em absorver essa mão de obra liberada; evolução em quantidade e qualidade das atividades industriais, que requerem o desenvolvimento de serviços complementares; dentre outros.

---

<sup>4</sup> A proposição da Lei diz que a porcentagem de renda alocada para a compra de alimentos diminui na medida que a renda aumenta.

A seção seguinte continua discutindo o setor terciário, dessa vez com o foco mais voltado ao contexto brasileiro e da Região Nordeste do Brasil.

## OS SERVIÇOS NO CONTEXTO BRASILEIRO E NORDESTINO

A História Econômica do Brasil mostra que até meados do século XX o setor primário foi o setor que dominou a composição do produto interno bruto (PIB) brasileiro, tendo o café como o grande último produto agrário exportador do período. De acordo com Lacerda (2018), o setor industrial somente passa o setor de produção agrícola em 1956, depois de um processo que teve início nos anos 30, com a mudança para um cenário onde a indústria passa a determinar os rumos da economia brasileira.

A construção do parque industrial brasileiro foi, portanto, a tônica da orientação das políticas públicas até meados da década de 80, quando o processo de substituição de importações vem a se esgotar. Nesse período, apesar da ênfase industrial, alguns projetos parecem ter contribuído para uma maior oferta de determinados tipos de serviços. Como exemplo, no período do plano de metas nos anos JK, os amplos projetos de infraestrutura implementados, como os de rodovias, ferrovias, energia elétrica e até a construção de Brasília, contribuíram com o aumento da capacidade posterior de oferta de determinados setores de serviços ligados a transporte, manutenção de equipamentos, entre outros.

É, portanto, trivial que diversos setores de serviços cresceram associados ao crescimento industrial brasileiro, tanto auxiliando a indústria, como servindo de complemento para os bens industriais finais (o setor de manutenção e reparação de veículos por exemplo). Porém, a partir dos anos 1980, começa a surgir um movimento de “desindustrialização” da economia brasileira, onde principalmente a indústria de transformação começa a perder participação no PIB brasileiro<sup>56</sup>. Azzoni (2005) destaca que no ano de 1985 o setor secundário do estado de São Paulo respondia por mais da metade do PIB estadual, com o setor terciário com a segunda maior parcela, seguido por uma pequena parcela do setor primário. Porém, em 1998, o setor terciário já era o maior do estado, respondendo por quase 60% do PIB paulista, ao passo que o setor industrial respondia por 37%. Mais recentemente, Arbache (2015) complementa afirmando que para o Brasil em 2012, os serviços respondiam por 72,3% do total do emprego e que nos anos seguintes observados, 83 de cada 100 novos vínculos criados no setor formal eram oriundos do setor.

Essa tendência de “desindustrialização” e de maior crescimento proporcional dos serviços não ocorre somente nas áreas mais desenvolvidas do país, como é o caso do estado de São Paulo, mas se espalha por diversas áreas, incluindo o

---

5 Como apontado na seção anterior, houve uma mudança na composição do PIB das economias no geral a partir da segunda metade do século XX, com maior ganho para o setor terciário.

6 Para estudos sobre o tema dentro do Brasil ver: Azzoni (2005), Spindola e Lima (2017) e Oliveira, Machado e Mattos (2020).

Nordeste do Brasil. Essa constatação é bem documentada por Oliveira, Machado e Mattos (2020), que mostram em seu trabalho que entre 2003 e 2015 a perda de participação do setor de indústria de transformação nordestina foi 2,6 p.p. e para as outras atividades industriais foi de 2,2 p.p.. Por outro lado, no mesmo período a região registrou ampliação de participação de 3,6 p.p. do comércio, de 1,9 p.p. para os serviços tradicionais (transporte, alojamento, alimentação, etc.) e de 0,1 p.p. para os serviços modernos (serviços de comunicação, atividades financeiras e imobiliárias, etc.). Este quadro mostra, portanto, a importância de se avaliar o alcance que as atividades mais produtivas estão tendo na região.

A explicação para esse ganho de espaço do setor terciário no âmbito brasileiro não é muito clara. Arbache (2015) afirma que o ganho de participação dos serviços observado no Brasil se deveu mais à perda de dinamismo de outros setores do que ao ganho de seu próprio setor. O autor argumenta que o crescimento da população urbana e características de alguns setores de serviços (como o relativamente mais baixo custo de entrada em termos de capital, tecnologia e capital humano), que fizeram do setor uma escolha mais vantajosa de empreendimento foram alguns dos fatores que contribuíram para esse aumento de participação.

No âmbito do crescimento dos serviços públicos, há ainda de se destacar a importância que tiveram as mudanças promovidas pela instituição da Constituição Brasileira de 1988. Esta nova constituição, ao estruturar melhor o direito à educação e ao criar o Sistema Único de Saúde (SUS), construiu as bases para fomentar um aumento e uma maior distribuição dos serviços públicos de saúde e ensino dentro do território brasileiro e nordestino.

A constatação do maior atraso socioeconômico ainda vigente na Região Nordeste, e principalmente em determinadas áreas, como muitas no espaço do Semiárido Nordestino, leva a questionamentos sobre a composição do PIB dos municípios nordestinos. Como muitas localidades ainda apresentam um nível de dinamismo econômico muito baixo, suportadas por atividades econômicas com baixíssimo grau de produtividade, se espera que o peso das atividades da administração pública local seja relevante, o que consequentemente faz aumentar o peso do setor terciário local.

Corroborando com essa ideia, Oliveira, Machado e Mattos (2020) mostraram que no ano de 2015 as atividades da administração pública corresponderam por aproximadamente 25% do valor adicionado total da Região Nordeste. Enquanto isso o percentual para o Brasil como um todo ficou em 17,2%, enquanto as regiões mais ricas do Sul e Sudeste registraram respectivamente 13,9% e 13,5%. Os autores ainda mostraram que esse desequilíbrio é praticamente o mesmo que já era registrado no ano de 2003, não ocorrendo, portanto, mudanças estruturais nesse sentido.

Esse cenário subdesenvolvido de grandes áreas do território nordestino provavelmente inspirou Gomes (2001) a afirmar no seu trabalho que há uma “Economia sem Produção” na região, onde há pouca renda e quase nenhum produto. Para

esse desequilíbrio funcionar na visão do autor, a renda oriunda de determinados agentes como os aposentados e os funcionários públicos é fundamental (renda essa sem contrapartida produtiva). Fica, portanto, implícita a crítica a respeito da ineficiência produtiva dos setores de atividade das administrações públicas municipais da região, principalmente no que diz respeito às prefeituras.

Analisar com mais detalhes o setor de serviços ao longo do território nordestino é, portanto, compreender melhor como está se dando o desenvolvimento da região. Este desenvolvimento tem sido mais intenso recentemente, como exemplificado por Cavalcanti Junior e Lima (2019). Porém, a crise brasileira de 2014 e mais recentemente a de Covid 19, jogam incerteza nesta trajetória.

A seção a seguir continua debatendo a produtividade do setor terciário, incluindo desta vez sua relação com os salários e com a qualificação dos trabalhadores.

## **PRODUTIVIDADE DO TRABALHO, SALÁRIO MÉDIO E QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR**

Este trabalho ao avaliar a variação do salário real médio em cada setor no período, busca fornecer uma interpretação em termos de produtividade do trabalho. De fato, os salários médios e a produtividade do trabalho são variáveis fortemente correlacionadas e as variações em uma refletem razoavelmente a variação na outra, tanto no tempo como entre setores.

O trabalho de Arbache (2015) fornece uma boa análise da relação entre remuneração e produtividade entre os setores de serviços. O autor mostra a forte correlação entre as variáveis para os setores e mostra as diferenças de apropriação da produtividade para os trabalhadores. Em segmentos como manutenção e reparação de automóveis, serviços de turismo, serviços pessoais e de alojamento, aproximadamente metade do produto por trabalhador transforma-se em remuneração. Uma explicação dada é que para muitos destes tipos de serviços ocorra um arranjo conhecido como meio a meio<sup>7</sup>. Por outro lado, os setores cujo apropriação tendem a ser menores são aqueles com uma tendência maior de profissionalização e padrão tecnológico, como o caso de serviços de Tecnologia da Informação, serviços auxiliares financeiros e técnico-profissionais.

Já o trabalho de Bonelli e Fonseca (1998) também aborda essa relação dessa vez para ilustrar a apropriação que os salários tiveram sobre os ganhos de produtividade na indústria entre os anos 1980 e 1990. Após de fato mostrar que ambas as séries caminharam juntas no tempo estudado, os autores demonstram que neste caso houve uma tendência de aumento da apropriação salarial. Isto ilustra, portanto, uma associação entre estas variáveis também na indústria.

---

<sup>7</sup> Neste arranjo, o funcionário fica com uma parte do valor do serviço, por exemplo 50%, com a outra parte ficando para o empresário, que fornece o espaço e equipamentos.

Voltando para o trabalho de Arbache (2015), que utilizando a produtividade do trabalho anual como parâmetro<sup>8</sup> no ano de 2013, verificou que entre alguns dos serviços mais produtivos no Brasil estavam: transporte aéreo e dutoviário, atividades imobiliárias, serviços audiovisuais e técnico-profissionais, serviços financeiros e tecnologia da informação (média de aproximadamente R\$ 110 mil). Em contrapartida, serviços pessoais, de alojamento, de alimentação, de manutenção e reparação de veículos e, de atividades de ensino continuado, ficaram entre os de menor produtividade (média de aproximadamente R\$ 20 mil). A elevada heterogeneidade do setor terciário fica evidente ao notar, por exemplo, que o setor aéreo tem produtividade oito vezes maior que o setor de serviços pessoais.

O estudo dos salários também elucida as diferenças setoriais entre a qualificação média dos trabalhadores. Apesar da limitação aqui de quantificar o número de trabalhadores por qualificação e conseqüentemente problemas distributivos estarem presentes na análise do salário médio, se conclui que este fornece uma boa indicação inicial da qualificação. Essa relação já é bem conhecida nos estudos que abordam a teoria do capital humano, literatura que tomou impulso a partir de trabalhos de economistas como Theodore Schultz e Gary Becker<sup>9</sup>. Para esta linha de pensamento, o desenvolvimento econômico é influenciado decisivamente pelos fatores que afetam o capital humano do indivíduo (educação, saúde, treinamento e entre outros) e, conseqüentemente, sua renda. Do exposto, fica evidente a importância do estudo das diferenças salariais entre setores e entre diferentes regiões, de modo a obter uma melhor avaliação das transformações socioeconômicas regionais.

## BASE DE DADOS E ABORDAGEM EMPÍRICA

Este trabalho analisa o setor terciário dentro de dois cenários. No primeiro são analisadas os dados do valor adicionado bruto (VAB) dos setores públicos (serviços da administração pública, incluindo defesa, educação e saúde públicas e Seguridade Social) e privados de serviços. Tal trabalho foi realizado para níveis de regiões, estados e microrregiões<sup>10</sup>. Para isto, foram utilizados as informações do PIB dos municípios do IBGE, coletados através do banco de dados agregados SIDRA, entre os anos de 2002 e 2018.

8 A produtividade do trabalho, dada pelo produto dividido por alguma medida do trabalho, é uma das medidas de produtividade mais comumente utilizadas (outras medidas podem ser a produtividade do capital e a produtividade por unidade de consumo de energia elétrica).

9 Para trabalhos sobre capital humano destes autores ver: Schultz (1961) e Becker (2009). Para uma revisão sobre o tema ver: França (2005).

10 Algumas microrregiões possuem o mesmo nome de alguns municípios, porém uma microrregião é um conjunto de municípios. Ex: a microrregião de Recife-PE inclui os seguintes municípios: Abreu e Lima, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata (IBGE,1990).

11 Ao todo, 188 microrregiões compõem o território nordestino.

O segundo cenário analisa os serviços do ponto de vista do emprego formal e do salário real (calculado a partir da divisão entre a massa salarial do setor e os vínculos deste). Para a montagem dessas informações, se consultou o banco de dados da RAIS entre os anos de 2002 e 2019 de diversos subsetores<sup>12</sup>. Esta análise por sua vez se divide em duas partes. Na primeira se buscou avaliar o nível e o crescimento dos setores no período para todo o Nordeste, Brasil e Estados Nordestinos.

A segunda parte analisa os vínculos empregatícios dos municípios, com o principal objetivo de estudar a variação da concentração ou não das atividades privadas ao longo da região. Para tal, se separou os municípios em grupos levando em consideração o critério de tamanho dos mesmos. Para isto, se levou em conta o tamanho de cada localidade em termos de empregos totais do setor privado de serviços para a média inicial estudada<sup>13</sup>.

Obviamente, o uso dos dados da RAIS não inclui o mercado informal, sendo uma limitação portanto. Porém, o trabalho ainda assim se mostra relevante, principalmente na observação das atividades de maior potencial dinâmico, uma vez que se acredita que a parcela maior da informalidade esteja justo nas atividades de menor produtividade e valor agregado.

Este trabalho se utiliza amplamente do cálculo de médias aritméticas dos anos iniciais e finais das séries estudadas. Através dessa metodologia é possível observar a variação percentual dos dados e amenizar a implicação da existência de algum dado atípico em algum ano, por conta de possível fator não esperado e localizado.

Por fim, para desinflacionar os dados, se utilizou o Deflator Implícito do PIB. Ainda, como complemento, também foi consultada a plataforma Ipeadata. Este portal fornece com mais facilidade dados de população estimada para microrregiões por exemplo.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

### Análise Valor Adicionado Bruto Setorial

#### *Comparação Entre Regiões*

As informações da Tabela 1 evidenciam a liderança da Região Sudeste no montante do valor dos setores da administração pública tanto no período inicial, como no final, com valores de aproximadamente o dobro dos registrados no Nordeste, a segunda maior região. Se observa que somente o Sudeste cresceu abaixo do Brasil,

---

12 Para este trabalho se utilizou a categoria de subsetores do IBGE (IBGE subsetor), o qual inclui nove segmentos de serviços: comércio varejista; comércio atacadista; instituições de crédito, seguros e capitalização; com e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos; setor de transportes e comunicações; serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação; serviços médicos, odontológicos e veterinários; atividades de ensino e; administração pública direta e autárquica.

13 Uma vez que se espera que as atividades terciárias sejam mais ligados ao meio urbano, faz sentido separar os municípios por esse critério para avaliar a dinâmica de cada setor.

com crescimento de 36%. Todas as demais regiões obtiveram crescimento de 60% para cima, com o Nordeste perdendo apenas para a Região Norte.

Tabela 1 – Brasil e Regiões: VAB dos serviços públicos a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias

REGIÕES	VALOR MÉDIO (2002-2004)	VALOR MÉDIO (2016-2018)	CRESCIMENTO
BRASIL	707.612.443	1.082.698.613	53%
NORTE	52.037.259	91.354.034	76%
NORDESTE	135.507.375	228.823.270	69%
SUDESTE	319.923.532	435.797.418	36%
SUL	90.420.226	150.713.518	67%
CENTRO-OESTE	109.724.051	176.010.373	60%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

A Tabela 2 por sua vez mostra que em termos de serviços privados a distancia entre o Sudeste e as demais regiões é ainda maior, com o primeiro sozinho correspondendo por quase 60% do valor médio total do Brasil ao longo do período. Das mudanças no período, o mesmo comportamento em relação ao crescimento observado nos serviços públicos se repete aqui, com o Sudeste com crescimento inferior ao registrado nacionalmente, e as demais regiões com crescimento acima (com a Região Sul apenas ligeiramente maior). Neste caso o Nordeste foi novamente a segunda região que mais cresceu, apenas atrás do Centro Oeste.

A interpretação das informações aqui apresentadas mostra que nessas duas primeiras décadas o setor terciário como um todo apresentou uma tendência de desconcentração a nível macrorregional, com o Sudeste perdendo participação e as demais ganhando. Paralelo a isto, do ponto de vista nordestino, merece menção que no caso dos serviços públicos, o Nordeste como segunda maior região, também é a segunda que mais cresceu.

Tabela 2 – Brasil e Regiões: VAB dos serviços privados a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias

REGIÕES	VALOR MÉDIO (2002-2004)	VALOR MÉDIO (2016-2018)	CRESCIMENTO
BRASIL	2.199.942.119	3.449.218.706	57%
NORTE	82.062.918	135.119.012	65%
NORDESTE	255.559.239	448.231.025	75%
SUDESTE	1.340.230.434	2.006.409.198	50%
SUL	349.855.000	553.742.754	58%
CENTRO-OESTE	172.234.527	305.716.717	78%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

A Tabela 3 fornece agora as informações do VAB dos serviços públicos para o Nordeste e estados. Aqui se observa que no período estudado houve uma expansão do setor nos estados do Maranhão e Piauí, que tiveram crescimento mais significativo, com respectivamente 99% e 97%. Todos os demais tiveram crescimento igual ou inferior a 69%, o mesmo registrado para o Nordeste como um todo.

Tabela 3 – Nordeste e Estados Nordestinos: VAB dos serviços públicos a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias

REGIÕES	VALOR MÉDIO (2002-2004)	VALOR MÉDIO (2016-2018)	CRESCIMENTO
NORDESTE	135.507.375	228.823.270	69%
MARANHÃO	11.942.598	23.819.099	99%
PIAÚÍ	7.521.348	14.800.662	97%
CEARÁ	19.641.738	33.167.458	69%
RIO GRANDE DO NORTE	11.025.373	18.201.948	65%
PARÁIBA	12.281.632	20.104.840	64%
PERNAMBUCO	25.122.995	40.744.734	62%
ALAGOAS	8.178.608	13.518.140	65%
SERGIPE	7.402.047	11.297.999	53%
BAHIA	32.391.034	53.168.390	64%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Já a Tabela 4 mostra as informações estaduais dos serviços privados. A variação percentual dos valores mostra um comportamento mais heterogêneo dessa vez. Por um lado, o Piauí com 113% foi o que mais cresceu, bem acima dos 75% do Nordeste. Observa-se expansão significativa em estados de menor valor adicionado como Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte. Por outro lado, dos três maiores estados da região, apenas o estado do Ceará cresceu acima da média nordestina<sup>14</sup>. Tem destaque também a perda relativa do estado de Sergipe, com crescimento bem abaixo (ocorrido também nos serviços públicos).

<sup>14</sup> Os três maiores estados continuam sendo para este caso a Bahia, Pernambuco e Ceará, com os 3 correspondendo por aproximadamente 65% de todo o resultado do setor na região em 2016-18.

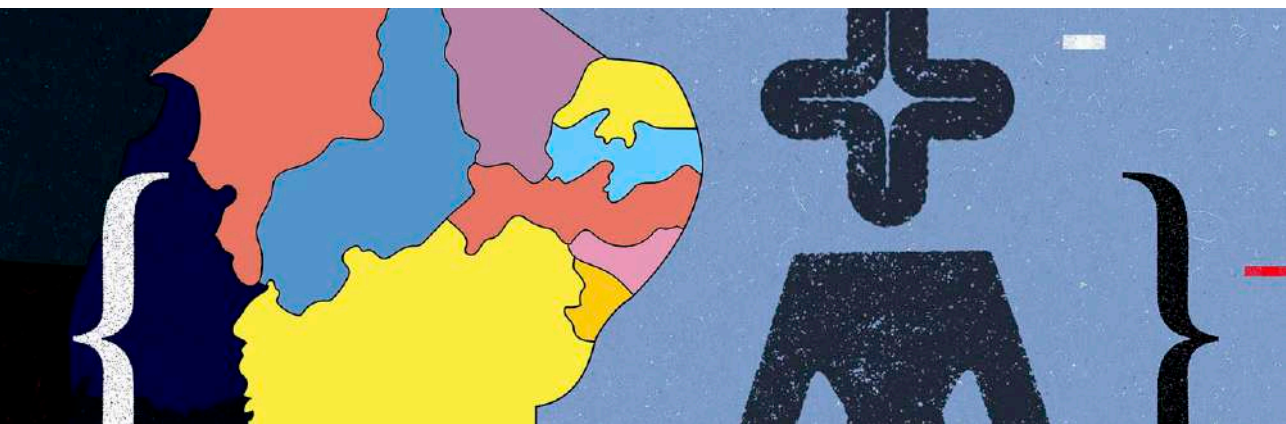


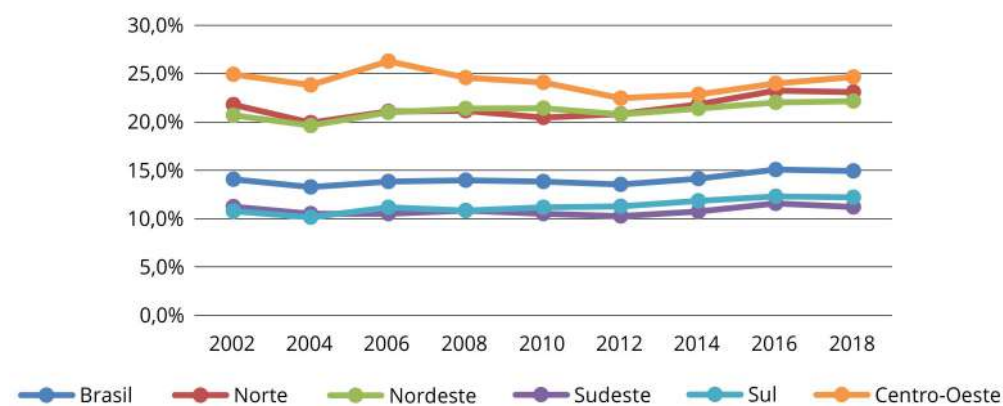
Tabela 4 – Nordeste e Estados Nordestinos: VAB dos serviços privados a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias

REGIÕES	VALOR MÉDIO (2002-2004)	VALOR MÉDIO (2016-2018)	CRESCIMENTO
NORDESTE	255.559.239	448.231.025	75%
MARANHÃO	23.286.899	40.603.435	74%
PIAUÍ	9.517.789	20.263.628	113%
CEARÁ	40.256.816	74.768.742	86%
RIO GRANDE DO NORTE	16.263.672	29.323.463	80%
PARAÍBA	16.007.899	28.269.893	77%
PERNAMBUCO	49.419.549	85.079.638	72%
ALAGOAS	12.322.735	22.922.947	86%
SERGIPE	11.741.659	18.361.877	56%
BAHIA	76.742.222	128.637.401	68%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

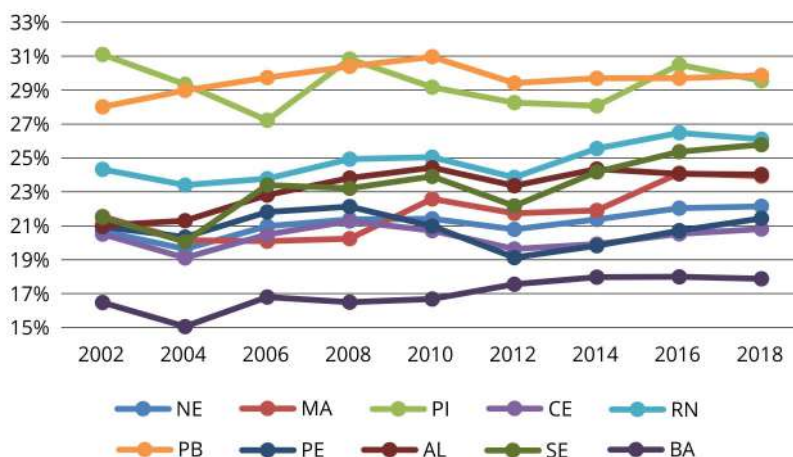
Observar como a participação dos setores no total do PIB de cada região se comportou ao longo dos anos oferece outra perspectiva do dinamismo econômico regional, além de complementar as informações já apresentadas. As duas figuras a seguir mostram como a participação dos serviços públicos no total do PIB variou entre regiões e estados nordestinos:

Figura1 – Brasil e Regiões: Participação dos serviços públicos no PIB de cada região - Anos alternados de 2002 à 2018



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

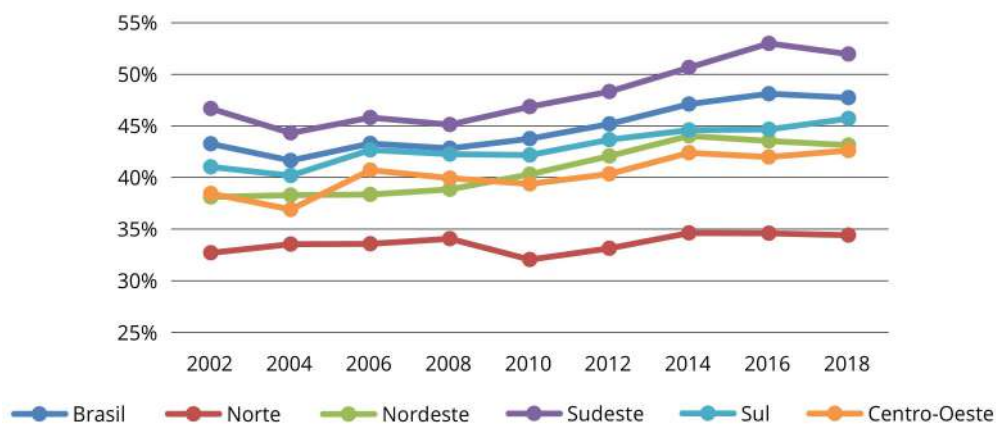
Figura2 – Nordeste e Estados Nordestinos: Participação dos serviços públicos no PIB de cada região - Anos alternados de 2002 à 2018



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

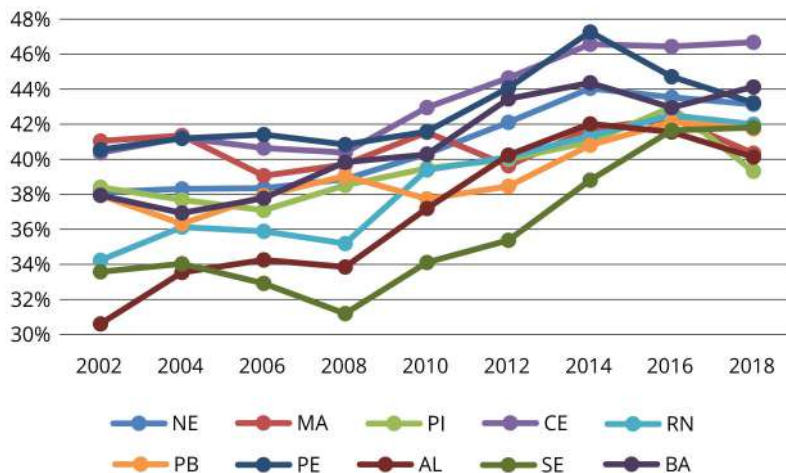
A Figura 1 evidencia uma clara diferença na participação dos serviços públicos no PIB entre, de um lado, as regiões Sul e Sudeste, e as demais. Além disso, a figura mostra que não houve mudanças significativas entre as regiões no período de 2002-18. Já a Figura 2 mostra que também existem diferenças relevantes de nível dentro do Nordeste. Por um lado, a Bahia apresenta a menor participação ao longo do período, saindo de 16% para 18% do PIB no último ano. No oposto, Paraíba e Piauí se alternaram na liderança das participações, ambos sempre a frente dos demais, - com valores aproximados de 30% para todo o período. Também não ocorreram grandes mudanças entre as participações dos estados no período, apesar de se poder destacar o estado de Sergipe, indo de 21% para 26%.

Figura3 – Brasil e Regiões: Participação dos serviços privados no PIB de cada região -Anos alternados de 2002 à 2018



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Figura4 –Nordeste e Estados Nordestinos: Participação dos serviços privados no PIB de cada região - Anos alternados de 2002 à 2018



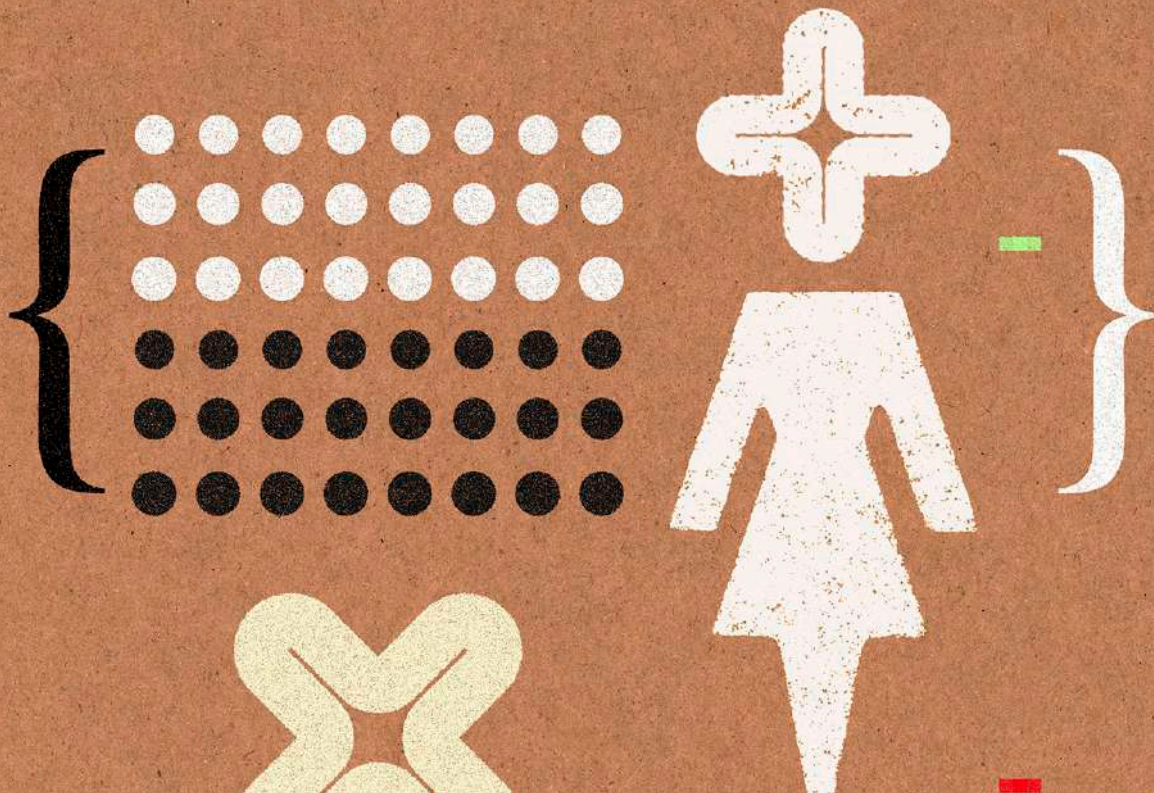
Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Observando agora o comportamento da participação dos serviços privados no PIB das regiões e estados, as Figuras 3 e 4 resumem essas informações. É possível observar que neste caso, as regiões Sudeste e Sul lideraram as participações no período. Aqui todas as regiões registraram algum ganho significativo na participação, com exceção apenas do Norte que permaneceu quase igual ao começo da série.

Dentro do Nordeste ocorreu também uma situação global de melhora dos estados na participação dos serviços privados no PIB. Os destaques positivos ficam para Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte, com ganhos de respectivamente 9, 8 e 8 pontos percentuais. No sentido oposto, Piauí e Maranhão permaneceram praticamente iguais ao começo da série. No caso do Piauí, o excelente crescimento dos serviços privados é acompanhado do desenvolvimento de outros setores, tais como o setor público de serviços e a agricultura formal.

### *Desempenho a Nível Microrregional*

Focando agora nas mudanças que as microrregiões nordestinas tiveram no período em análise, a avaliação da variação percentual das médias trabalhadas (2002-2004 e 2016-2018), primeiramente dos serviços públicos, mostra que de um total de 188 microrregiões nordestinas, 78 tiveram crescimento acima do registrado para a Região Nordeste como um todo, que foi de 69%. Além disso, 18 microrregiões lograram crescimento acima de 100%. Como exemplo, dentre as primeiras colocações estão duas microrregiões que são polos do agronegócio, Alto Parnaíba Piauiense (PI) (148%) e Barreiras (BA) (132%), e uma polo turístico, Lençóis Maranhenses (MA) (139%). Por fim, todas as regiões em questão obtiveram crescimento positivo, com a microrregião de menor crescimento registrando aproximadamente 30%.



No tocante ao setor privado, é possível inferir que 140 microrregiões cresceram acima da região nordestina, cujo crescimento foi de 75%. Junto a isto, 86 microrregiões lograram crescimento acima de 100%. Estes resultados são expressivos quando comparados com os dos serviços públicos. Um adendo é que os dados de crescimento visto aqui tem uma variabilidade maior do que os do setor público, com o crescimento mais elevado para aqueles que mais cresceram e mais baixo para os que menos cresceram. As três microrregiões que mais cresceram foram: Serra do Pereiro (CE) (373%) (polo de serviços de telecomunicação); Baixo Curu (CE) (332%) (destaque a partir do desenvolvimento da região do Porto de Pecém); e Alto Médio Gurgueia (PI) (260%) (polo de agronegócio).

O estudo das mudanças na participação dos serviços no PIB de cada microrregião complementa a discussão dos resultados. Dos serviços públicos, apesar de nenhuma microrregião ter registrado crescimento negativo do VAB no período, aproximadamente 35% destas diminuíram o peso do setor público no PIB, o que indica que nessas regiões o aumento desse setor acompanhou o crescimento de outros setores da economia, tal como indústria ou outros serviços privados<sup>15</sup>. Provavelmente para essas regiões, o aumento do setor público se deu a partir do próprio aumento “normal” da demanda por esses serviços resultante do avanço de outros setores (como mais escolas e hospitais públicos para novos grupos de moradores/trabalhadores, gastos com segurança pública, limpeza urbana, etc.).

<sup>15</sup> Todavia, há de se destacar que o peso da administração pública nas microrregiões nordestinas ainda é relevante, com 100 destas possuindo participação acima de 35% do PIB em 2016-18.

Por outro lado, dos serviços privados, o resultado mostra que apenas 12 microrregiões tiveram uma redução na participação do setor no PIB, um número bastante inferior aos serviços públicos. Enquanto isso, 147 microrregiões registraram crescimento entre 0 e 40%, 22 entre 40 e 60% e 7 acima de 60%. Há portanto uma clara expansão global dos serviços privados dentro do território nordestino. Até aqui, este é o resultado mais expressivo do ponto vista de uma transformação positiva na maior parte das localidades da região, mostrando que atividades mais dinâmicas e de maior valor agregado podem estar assumindo protagonismo em locais até então atrasados.

Buscando nesse momento ressaltar as diferenças intrarregionais dos setores públicos e privados na região, as Tabelas 7 e 8 apresentam uma análise onde se agregou a participação que cada microrregião teve em cada tipo de serviço no valor total do mesmo para o Nordeste como um todo. Para tal, foram agrupadas três categorias: As microrregiões que abrangem capitais de estados, as 25 maiores microrregiões de acordo com o PIB médio de 2002-04 (exceto as que incluem municípios que são capitais)<sup>16</sup> e as demais microrregiões (total de 154 microrregiões).

Tabela 5 – Participação dos serviços públicos no Valor Total dos serviços públicos do Nordeste – Microrregiões que incluem Capitais de Estados, 25 Maiores Microrregiões por PIB médio (2002-04) (Exceto as que incluem Capitais) e Demais Microrregiões – Médias (2002-2004) e (2016-2018) e Crescimento das Médias

REGIÕES	VALOR MÉDIO (2002-2004)	VALOR MÉDIO (2016-2018)	CRESCIMENTO
MICRORREGIÕES CAPITAIS	31,07%	30,84%	-0,8%
25 MAIORES MICRORREGIÕES	22,60%	22,64%	0,1%
DEMAIS MICRORREGIÕES	46,32%	46,53%	0,4%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Tabela 6 – Participação dos serviços privados no Valor Total dos serviços privados do Nordeste – Microrregiões que incluem Capitais de Estados, 25 Maiores Microrregiões por PIB médio (2002-04) (Exceto as que incluem Capitais) e Demais Microrregiões – Médias (2002-2004) e (2016-2018) e Crescimento das Médias

REGIÕES	VALOR MÉDIO (2002-2004)	VALOR MÉDIO (2016-2018)	CRESCIMENTO
MICRORREGIÕES CAPITAIS	60,46%	55,03%	-9,0%
25 MAIORES MICRORREGIÕES	19,71%	22,03%	11,8%
DEMAIS MICRORREGIÕES	19,83%	22,94%	15,7%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

16 As 25 maiores microrregiões por PIB médio 2002-04 em ordem decrescente de tamanho são: Ilhéus-Itabuna (BA), Porto Seguro (BA), Feira de Santana (BA), Barreiras (BA), Suape (PE), Imperatriz (MA), Mossoró (RN), Vale do Ipojuca (PE), Campina Grande (PB), Mata Setentrional Pernambucana (PE), Vitória da Conquista (BA), São Miguel dos Campos (AL), Petrolina (PE), Santo Antônio de Jesus (BA), Catu (BA), Mata Meridional Pernambucana (PE), Juazeiro (BA), Cariri (CE), Sobral (CE), Sergipana do Sertão do São Francisco (SE), Macaíba (RN), Jequié (BA), Alagoinhas (BA), Paulo Afonso (BA) e Pindaré (MA).

As tabelas mostram uma clara diferença entre os serviços privados e públicos, tanto do ponto de vista do resultado da distribuição do valor adicionado entre as três classificações de microrregiões ao longo do período, como das transformações que as participações sofreram. Enquanto a Tabela 5 mostra que praticamente não houve transformações no período na distribuição do valor dos serviços públicos entre os grupos considerados, a Tabela 6 mostra uma notável diferença em favor dos serviços privados. Apesar da maior desigualdade regional do setor privado, observa-se um declínio significativo da participação do grupo de microrregiões que englobam as capitais, em favor do avanço dos dois outros grupos.

É possível, portanto, evidenciar o considerável suporte que os serviços públicos continuam possuindo nas microrregiões menos desenvolvidas do território nordestino, com essas atividades menos produtivas mais bem “espalhadas” dentro do território. Em relação aos serviços privados, a faceta da desigualdade nordestina fica muito mais evidente de ser vista, com aproximadamente 80% das microrregiões da região respondendo por apenas 22,94% do valor médio final. Apesar da significativa redução observada no período.

Por último, o cálculo do crescimento no período do PIB per capita<sup>17</sup> possibilitou fazer uma associação ilustrativa do desenvolvimento desta importante variável com os serviços. O cálculo da correlação entre o crescimento dos serviços públicos no período e o crescimento do PIB per capita é da ordem de uma correlação positiva de 30%. Por outro lado, o mesmo cálculo anterior feito para os serviços privados é da ordem de uma correlação positiva de 70%. Fica assim evidente que o crescimento da renda per capita dos cidadãos nordestinos parece se associar muito mais com o crescimento de serviços privados. Esse resultado também vai ao encontro da interpretação tirada da Lei de Engel. Uma vez que a maior quantidade de serviços não essenciais se encontram justamente no grupo privado, as repercussões das variações na renda serão mais sentidas no conjunto das atividades privadas.

## **Análise Mercado de Trabalho Formal**

### *Dinâmica Região Nordeste e Estados*

Cabe aqui observar, neste momento, o mercado de trabalho formal nordestino. A Tabela 7 resume a composição e a variaçãodos vínculos empregatícios de diversos subsetores de serviços, além do setor agrícola e industrial<sup>18</sup>, no período estudado:

---

<sup>17</sup> Crescimento entre as médias de 2002-04 e 2016-18.

<sup>18</sup> Para o valor total da Indústria foram somados todos os subsetores industriais da lista de setores do IBGE subsetor.

Tabela 7 – Região Nordeste: Vínculos Empregatícios – Subsetores do IBGE: Agricultura, Indústria e Setores de Serviços – Médias (2002-04) e (2017-19) (Arredondadas sem Casas Decimais) e Crescimento das Médias

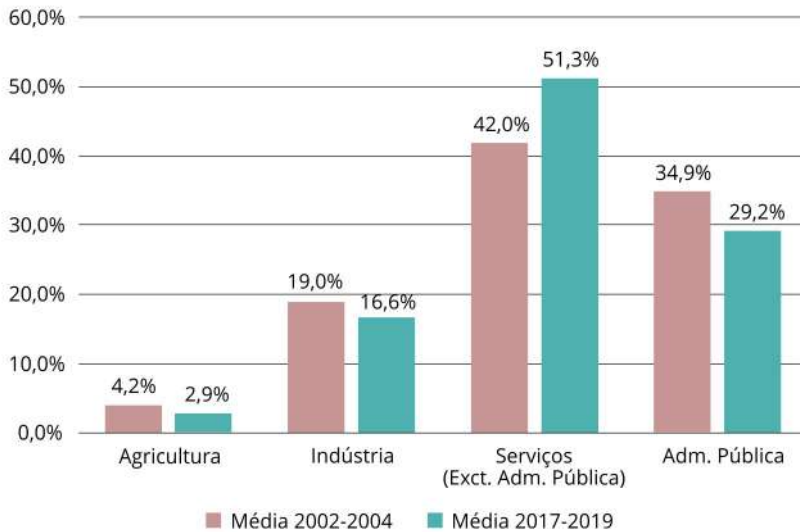
IBGE SUBSETORES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
AGRICULTURA	215.174	245.103	14%
INDÚSTRIA	971.448	1.426.095	47%
COMÉRCIO VAREJISTA	653.548	1.320.355	102%
COMÉRCIO ATACADISTA	111.957	271.700	143%
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	63.160	96.610	53%
VALORES MOBILIÁRIOS, ADM. DE IMÓVEIS E OUTROS	404.353	922.534	128%
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	193.662	352.721	82%
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO E OUTROS	397.261	650.216	64%
SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS. E VETERINÁRIOS	162.236	380.418	134%
ENSINO	160.200	410.306	156%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.783.506	2.503.708	40%
TOTAL SERVIÇOS	3.929.883	6.908.567	76%
TOTAL SERVIÇOS PRIVADOS	2.146.377	4.404.859	105%
TOTAL NORDESTE	5.116.506	8.579.765	68%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

As informações mostram a enorme influência exercida pelo setor de serviços no Nordeste, com os serviços privados e públicos combinados correspondendo a pouco mais de 80% do emprego formal nordestino para a média de 2017-19. Em relação às mudanças ocorridas no período, a primeira informação relevante a ser observada é o crescimento bem maior dos serviços privados (105%) frente aos demais setores: indústria (47%), agricultura (14%) e serviços da administração pública (40%). A composição setorial do emprego formal nordestino e sua variação observada são resumidas pela Figura 5, que ilustra o avanço na participação do setor privado de serviços em detrimento do recuo de todos os demais.

O crescimento baixo da indústria, apesar dos dados do trabalho apontarem alguns subsectores que são exceções, como os casos da indústria mecânica (153%) e da indústria de material de transporte (207%), confirma dentro do Nordeste o fenômeno da “desindustrialização”. E assim como relatado por outros autores já citados, como Azzoni (2005) e Oliveira, Machado e Mattos (2020), essa perda é ocupada pelo conjunto das atividades terciárias.

Figura 5 – Região Nordeste: Composição Setorial do Emprego Formal no Nordeste Brasileiro – Agricultura, Indústria, Serviços (Exceto Adm. Pública) e Adm. Pública - Médias de (2002-04) e (2017-19)



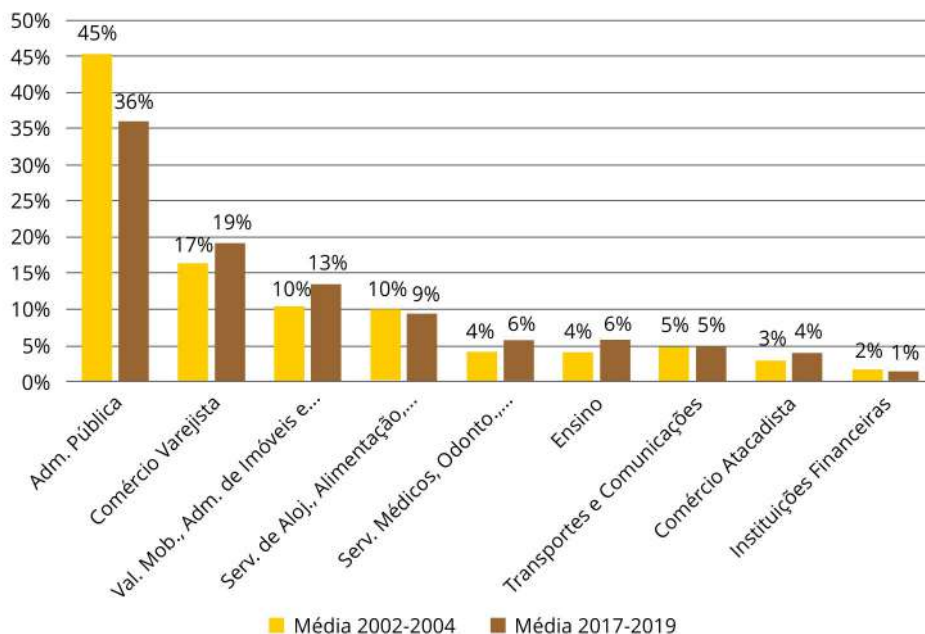
Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Olhando agora o que aconteceu com os subsetores das atividades terciárias no período, observa-se uma confirmação do quão heterogêneo é o dinamismo do setor. De um lado estão atividades que lograram crescimento acima de 100%, e do outro aqueles com crescimento inferior. As atividades de ensino foram o grupo setorial que logrou maior crescimento, ao passo que as atividades financeiras foram as que menos cresceram<sup>19</sup>. Chama atenção esse resultado das instituições financeiras, uma vez que é entendido ser um dos setores com maior potencial dinâmico dentro dos serviços e, como será melhor visto adiante, é o setor que melhor paga salários no Nordeste.

Para captar uma ideia melhor da composição e da variação dos serviços na Região Nordeste, a Figura 6 mostra a distribuição da participação dos subsetores no total dos serviços, para ambas as médias inicial e final.

<sup>19</sup> Uma possível explicação para este desempenho do setor financeiro é que provavelmente este seja um dos que mais sofreram mudanças na maneira de fornecer muitos de seus serviços. Além do aumento da mecanização, o maior acesso a formas virtuais de serviços pode ter diminuído a demanda por determinados trabalhadores que antes cumpriam essas tarefas.

Figura 6 – Região Nordeste: Composição Setorial do Emprego Formal no Setor Terciário – Subsetores de Serviços - Médias de (2002-04) e (2017-19)



Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

É notório mais uma vez o enorme peso ainda vigente das atividades públicas no emprego formal nordestino, apesar de considerável queda. O comércio varejista, mais tradicional e comum para quase todas as localidades, fica em segundo lugar, aumentando sua participação para quase 20% na última média. Há de destacar, em um nível intermediário, mas registrando aumento, as atividades de saúde (serviços médicos, odontológicos e veterinários) e, as atividades de ensino. O crescimento destas atividades é bem-vinda dadas às características dos serviços produzidos e o emprego de mão de obra mais especializada. De fato, o crescimento dos setores privados de saúde e educação podem complementar a atuação pública dessas atividades em muitas localidades, possivelmente gerando maiores ganhos de bem-estar médio nas populações locais.

No intuito de realizar uma comparação do quadro nordestino com o do país como um todo, a Tabela 8 mostra os resultados setoriais dos vínculos desta vez para todo o Brasil:

Tabela 8 – Brasil: Vínculos Empregatícios – Subsetores do IBGE: Agricultura, Indústria e Setores de Serviços – Médias (2002-04) e (2017-19) (Arredondadas sem Casas Decimais) e Crescimento das Médias

IBGE SUBSETORES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
AGRICULTURA	1.217.182	1.487.224	22%
INDÚSTRIA	7.036.410	9.614.946	37%
COMÉRCIO VAREJISTA	4.360.764	7.591.335	74%
COMÉRCIO ATACADISTA	816.994	1.632.581	100%
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	578.832	876.465	51%
VALORES MOBILIÁRIOS, ADM. DE IMÓVEIS E OUTROS	2.814.682	5.395.036	92%
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	1.504.416	2.601.318	73%
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO E OUTROS	2.621.019	4.131.069	58%
SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS. E VETERINÁRIOS	1.031.843	2.143.729	108%
ENSINO	936.653	2.022.457	116%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6.959.693	9.046.906	30%
TOTAL SERVIÇOS	21.624.896	35.440.895	64%
TOTAL SERVIÇOS PRIVADOS	14.665.203	26.393.990	80%
TOTAL BRASIL	29.878.488	46.543.066	56%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

De início, é possível destacar que o crescimento total de vínculos do Brasil foi inferior ao Nordeste no período. Além disso, o Nordeste cresceu mais que o Brasil também em termos de serviços privados, serviços da administração pública e indústria. A única exceção foi a agricultura formal.

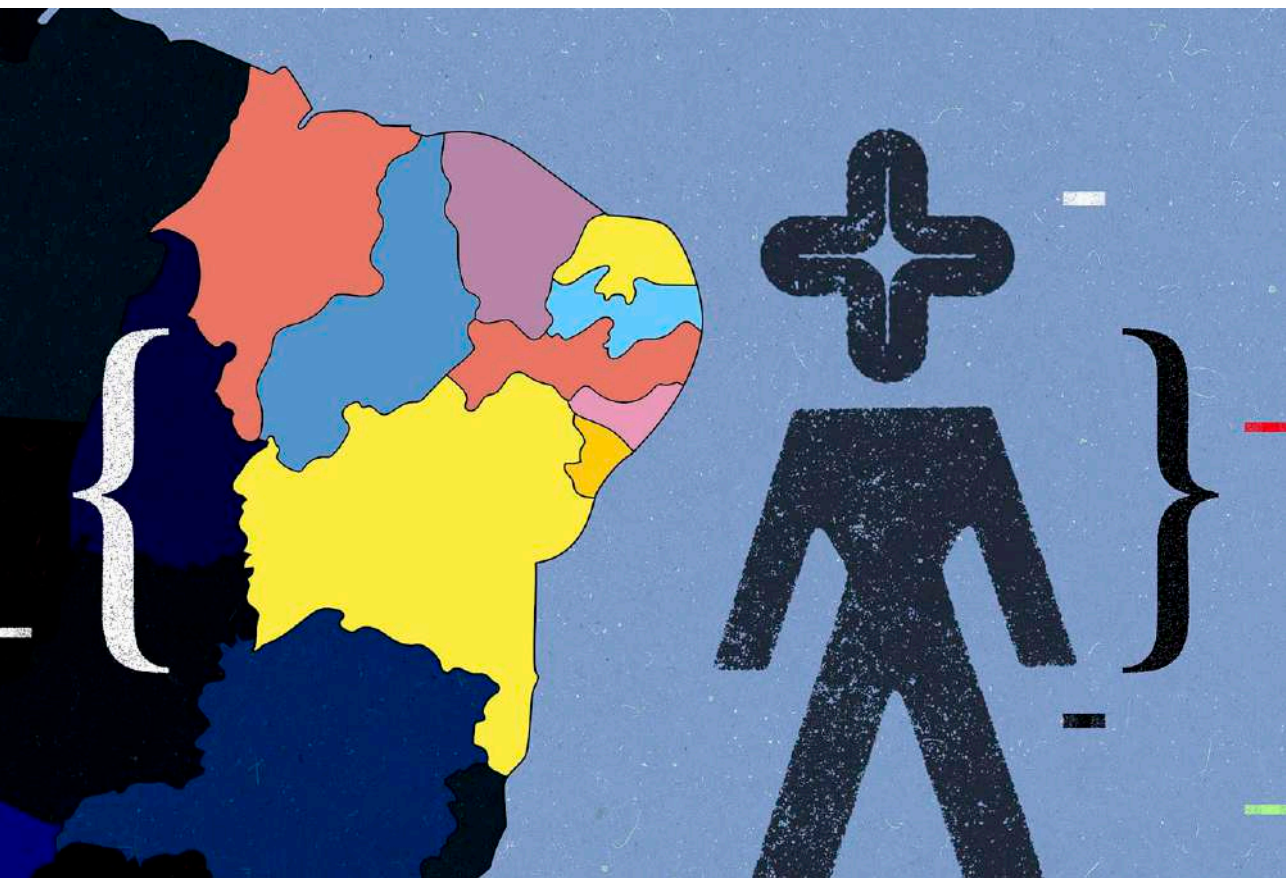
A comparação com os subsetores dos serviços mostrou que todos os oito grupos aqui considerados cresceram mais no âmbito do Nordeste do que no Brasil. Alguns setores têm um destaque maior, como é o caso do setor de Ensino. Outros possuem crescimento mais próximo, como as Instituições Financeiras. Por último, chama atenção que considerando a média mais recente (2017-19), se observa mais uma evidência do peso ainda forte que as atividades públicas têm na economia nordestina, ao constatar que a participação dos serviços privados do Nordeste no total do país é de 17%, ao passo que os serviços públicos é de 28%.

Passando para outro aspecto da análise, a Tabela 9, apresenta as informações do salário real de todos os setores estudados no período para a Região Nordeste. As variações aqui no salário real, como já discutidas, podem ser consideradas uma aproximação razoável das mudanças na produtividade setorial. Apesar de ser importante afirmar que não necessariamente estas variações indicam se um setor está se tornando mais ou menos dinâmico.

Tabela 9 – Região Nordeste: Salário Setorial Médio (A Preços Constantes de 2019) (R\$ 1) – Subsetores do IBGE: Agricultura, Indústria e Setores de Serviços – Médias (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

IBGE SUBSETOR	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
AGRICULTURA	1.134	1.481	31%
INDÚSTRIA	1.922	2.166	13%
COMÉRCIO VAREJISTA	1.222	1.465	20%
COMÉRCIO ATACADISTA	1.644	2.027	23%
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	7.383	6.316	-14%
VALORES MOBILIÁRIOS, ADM. DE IMÓVEIS E OUTROS	1.747	1.769	1%
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	2.424	2.237	-8%
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO E OUTROS	1.332	1.660	25%
SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E VETERINÁRIOS	1.841	2.310	25%
ENSINO	2.353	3.601	53%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.415	3.388	40%
TOTAL SERVIÇOS	2.071	2.523	22%
TOTAL SERVIÇOS PRIVADOS	1.785	2.032	14%
TOTAL NORDESTE	2.003	2.434	22%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021) e na RAIS (2022).



De longe, o subsetor terciário que paga o melhor salário médio no período dentro do Nordeste são as atividades financeiras, com valor médio de R\$ 6.316 para 2017-19. Em seguida vêm os subsetores do Ensino (R\$ 3.601), Serviços de Saúde (R\$ 2.310) e Transportes e Comunicações (R\$ 2.237). De fato, estes são alguns dos que mais demandam profissionais com maior nível de especialização.

Já em relação aos serviços públicos, o setor possui um nível salarial relativamente elevado para todo o período, comparado com os demais setores econômicos. Com uma gama variada de serviços públicos fornecidos (educação, saúde, segurança e outros), e ainda incluindo elementos da administração pública indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e outros), a variedade de tipos de funcionários públicos é elevada (com diferenças consideráveis de salários).

Todos os subsetores terciários registraram aumentos no salário real pago, com exceção apenas dos Transporte e Comunicações e das Instituições Financeiras. É provável que para este último, essa queda salarial reflita a própria involução do setor no período, já mencionada pela perda de participação do emprego. Do lado oposto, as Atividades de Ensino lograram excelente crescimento de 53%, caminhando junto com o considerável crescimento já observado dos vínculos.

Novamente no intuito de gerar comparações, a Tabela 10 traz os resultados dos salários médios setoriais para o Brasil:

Tabela 10 – Brasil: Salário Setorial Médio (A Preços Constantes de 2019) (R\$ 1) – Subsetores do IBGE: Agricultura, Indústria e Setores de Serviços – Médias (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

IBGE SUBSETORES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
AGRICULTURA	1.358	1.858	37%
INDÚSTRIA	2.820	2.868	2%
COMÉRCIO VAREJISTA	1.625	1.829	13%
COMÉRCIO ATACADISTA	2.590	2.902	12%
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	7.872	6.706	-15%
VALORES MOBILIÁRIOS, ADM. DE IMÓVEIS E OUTROS	2.665	2.725	2%
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	3.007	2.819	-6%
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO E OUTROS	1.842	1.963	7%
SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS. E VETERINÁRIOS	2.559	2.859	12%
ENSINO	3.727	3.911	5%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.617	4.330	20%
TOTAL SERVIÇOS	2.864	3.043	6%
TOTAL SERVIÇOS PRIVADOS	2.506	2.602	4%
TOTAL BRASIL	2.792	2.969	6%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021) e na RAIS (2022)

A primeira constatação aqui é de que a média salarial total brasileira é maior que a nordestina tanto no início, como no fim do período, apesar da diferença ter diminuído. O mesmo cenário se repete para os serviços privados, públicos e para a indústria, com o Brasil possuindo uma média salarial maior, apesar do maior crescimento dos salários no Nordeste. A única exceção é a agricultura, que apesar de possui um salário menor na Região Nordeste, ainda teve sua diferença para o salário nacional um pouco ampliada.

A observação individual de cada subsetor privado de serviços mostrou que em todos eles a média salarial nacional é maior que a nordestina, para ambas as médias analisadas. Porém, nos grupos de Ensino, Serviços de Saúde, Serviços de Alojamento e outros, Comércio Atacadista e Varejista, houveram quedas significativas nessa diferença (destaque importante para o ensino, que diminuiu uma diferença anterior de R\$ 1.374 para R\$ 310). Os demais grupos quase não tiveram mudanças, com o crescimento brasileiro e nordestino ficando muito próximos.

Nota-se então que o diferencial de salários entre as médias do Brasil e do Nordeste persiste e é significativo. Isso pode indicar que economias de aglomeração e de escala importam e tornam mais lentas as deslocalizações na indústria do Sudeste para o Nordeste. Por outro lado, indica também que há algum espaço para o Nordeste vir a atrair parte dessas atividades em função de seus menores custos do trabalho.

Focando agora no crescimento dos vínculos dos estados nordestinos, passando rapidamente pelas informações da agricultura e indústria, alguns resultados interessantes podem ser observados. O crescimento dos vínculos da agricultura mostra cenários bastante destoantes. Enquanto os estados vizinhos do Maranhão e Piauí apresentam clara expansão (crescimento de 134% para o primeiro e 110% para o segundo), estados do leste nordestino como Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte lograram redução do número de empregos. A indústria, por outro lado, apresenta um crescimento dos vínculos um pouco mais homogêneo dentre os estados. Ainda assim se destaca o crescimento negativo do estado de Alagoas (-4%), e os bons crescimentos relativos obtidos pelo Maranhão (81%) e pela Bahia (69%).

Passando agora para os serviços privados, fica bem evidente o avanço relevante desse grupo para quase toda a região. Apenas dois estados não lograram crescer acima de 100%, apesar de que o menor ainda teve crescimento considerável de 83% (Bahia). Os maiores crescimentos foram na Paraíba (133%), Maranhão (141%) e Piauí (154%). Já sobre os serviços públicos, a maioria dos estados flutua próximo à média nordestina (40%). As exceções ficam para o estado do Maranhão, com crescimento na casa dos 90%, e para o estado de Sergipe com crescimento próximo a zero (2%) (Tabela 11).

Tabela 11 – Estados Nordestinos e Nordeste: Vínculos Empregatícios – Serviços Privados e Públicos – Médias (2002-04) e (2017-19) (Arredondadas sem Casas Decimais) e Crescimento das Médias

ESTADO	SERVIÇOS PRIVADOS		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	142.607	343.610	141%
PIAUÍ	90.869	230.821	154%
CEARÁ	354.443	756.319	113%
RIO GRANDE DO NORTE	144.950	306.310	111%
PARAÍBA	121.893	284.155	133%
PERNAMBUCO	441.295	861.800	95%
ALAGOAS	103.044	228.924	122%
SERGIPE	94.391	201.107	113%
BAHIA	652.886	1.191.813	83%
NORDESTE	2.146.377	4.404.859	105%
ESTADO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	155.780	295.500	90%
PIAUÍ	119.240	164.004	38%
CEARÁ	252.618	395.891	57%
RIO GRANDE DO NORTE	136.944	175.311	28%
PARAÍBA	179.204	239.270	34%
PERNAMBUCO	286.452	385.088	34%
ALAGOAS	109.530	156.700	43%
SERGIPE	99.082	101.489	2%
BAHIA	444.657	590.455	33%
NORDESTE	1.783.506	2.503.708	40%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Cabe ainda destacar alguns resultados dentre os subsetores privados de serviços. No comércio de atacado, estados como Maranhão, Paraíba e Sergipe cresceram acima de 200%, com os demais crescendo acima de 100%. No ramo de Valores Mobiliários e outros, chama atenção o crescimento muito acima do Piauí (342%) e o mais baixo da Bahia (70%). Já nos Serviços de Saúde, novamente o Piauí se destaca (346%), seguido por um excelente crescimento de Sergipe (226%), enquanto no oposto a Paraíba cresce apenas 86%. Por último, nos serviços financeiros, é possível constatar que os estados mais ricos e com maior volume inicial de empregos, como a Bahia, Pernambuco e Ceará, puxaram para baixo o crescimento nordestino no setor, obtendo estes variação inferior à média nordestina de 53% (junto ao Maranhão).

A próxima seção continua analisando o mercado de trabalho formal, desta vez a nível de município, principalmente buscando entender quão desconcentradas ou não se tornaram as atividades privadas em termos de emprego.

## Dinâmica Municípios

Para a análise dos subsetores privados dos serviços feita nesta seção, os municípios nordestinos foram agrupados em 4 grupos de acordo com a quantidade de vínculos no conjunto dos serviços privados na média de 2002-04: Grupo 1 (acima de 20.000 vínculos), Grupo 2 (entre 1.000 e 20.000), Grupo 3 (entre 100 e 1.000), Grupo 4 (abaixo de 100 vínculos). A Tabela 12 a seguir detalha um pouco mais as características dos grupos:

Tabela 12 – Grupos de Municípios: Critério de Classificação com Base na Média de Vínculos em 2002-04 – Número de Municípios em Cada Grupo – Breve Descrição de Cada Grupo

GRUPO	CRITÉRIO	Nº DE MUNICÍPIOS	DESCRIÇÃO
GRUPO 1	Municípios com mais de 20.000 vínculos.	14	Inclui as 9 capitais dos estados e outros municípios de grande porte como Feira de Santa - BA, Campina Grande -PB e Jaboatão dos Guararapes -PE.
GRUPO 2	Municípios com vínculos acima de 1.000 até 20.000.	134	Inclui centros regionais de grande e médio porte como Caruaru - PE, Mossoró - RN, Juazeiro do Norte - CE, Serra Talhada - PE, Sousa - PB, Lagarto - SE, dentre outros.
GRUPO 3	Municípios com vínculos acima de 100 até 1.000.	451	Inclui outros municípios importantes de menor porte como Horizonte - CE, Coruripe - AL, Ouricuri - PE, Dom Pedro - MA, dentre outros.
GRUPO 4	Municípios com até 100 vínculos.	1.195	Demais municípios menores.

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Aqui vale destacar, inicialmente, a participação elevada do número de municípios com até 100 vínculos formais (66,6%), o que indica dispersão e o número relativamente reduzido de municípios que geram mais de 1.000 vínculos de emprego (8,25% do total dos municípios), denotando, mais uma vez, a heterogeneidade de situações.

A Tabela 13, por sua vez, apresenta inicialmente o resultado dos grupos de municípios para o conjunto total do emprego dos serviços privados. Fica evidente que no período o crescimento foi diretamente proporcional a quanto menos complexo é o grupo em termos de tamanho dos municípios. Constata-se, portanto, um movimento claro de espalhamento das atividades e de redução na diferença da quantidade de vínculos destes serviços entre centros urbanos maiores e menores no período. Esse resultado corrobora com o resultado que mostra a também diminuição da concentração regional dos serviços privados, desta vez em termos

de valor agregado da atividade (Tabela 6). Apesar da enorme disparidade ainda existente, com aproximadamente 67% dos municípios (Grupo 4) respondendo por quase 3% do total na média mais recente, conclui-se por um aumento da desconcentração do setor no período.

Tabela 13 – Grupos de Municípios e Nordeste: Vínculos Empregatícios do Setor Privado de Serviços – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

GRUPO	SERVIÇOS PRIVADOS		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	1.432.472	2.711.611	89%
GRUPO 2	538.855	1.180.871	119%
GRUPO 3	145.706	386.241	165%
GRUPO 4	29.344	126.136	330%
NORDESTE	2.146.377	4.404.859	105%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Agora a curiosidade volta-se para como se comportaram os subgrupos de serviços estudados. A Tabela 14 resume as informações do período para os comércios varejista e atacadista. Inicialmente falando do comércio varejista, sendo uma atividade mais básica e essencial, nota-se um maior espalhamento do setor entre os grupos na comparação com o total dos serviços visto acima. Por exemplo, enquanto da Tabela 13 se infere que os 14 municípios do Grupo 1 respondiam por aproximadamente 67% do total do emprego na média inicial, esse resultado aqui se reduz para 58%.

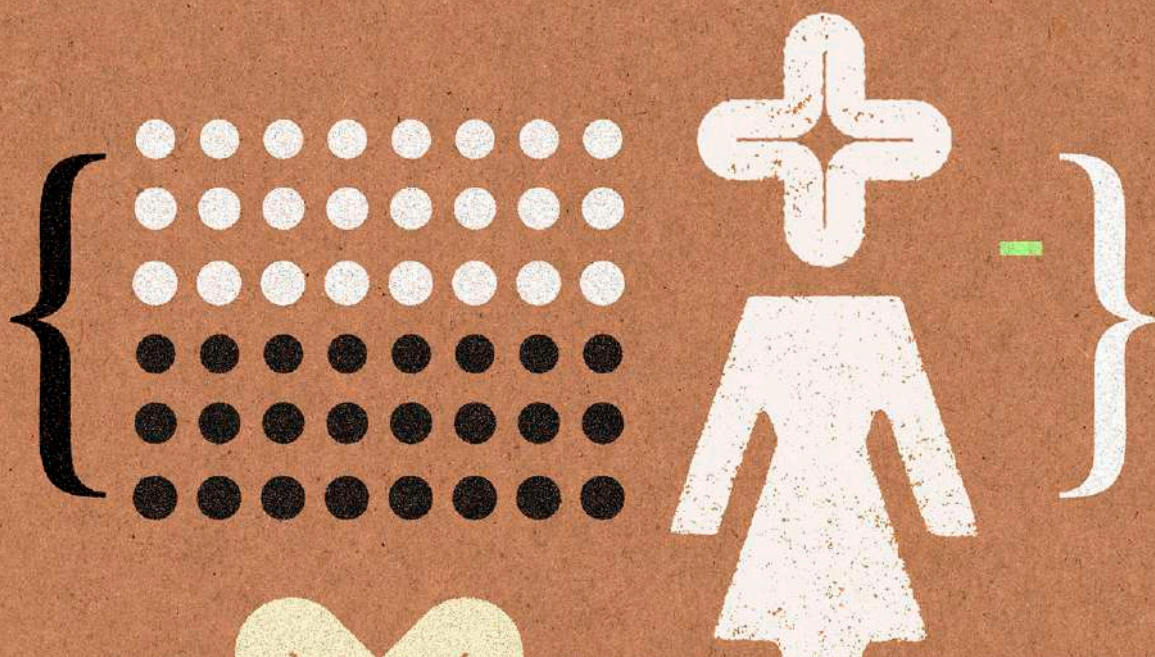


Tabela 14 – Grupos de Municípios e Nordeste: Vínculos Empregatícios do Comércio Varejista e Atacadista – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

GRUPO	COMÉRCIO VAREJISTA		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	382.075	612.838	60%
GRUPO 2	193.221	440.234	128%
GRUPO 3	63.232	192.845	205%
GRUPO 4	15.021	74.438	396%
NORDESTE	653.548	1.320.355	102%
GRUPO	COMÉRCIO ATACADISTA		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	67.444	142.774	112%
GRUPO 2	35.662	101.969	186%
GRUPO 3	8.051	21.544	168%
GRUPO 4	800	5.413	577%
NORDESTE	111.957	271.700	143%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

O crescimento do Comércio Varejista dentre os grupos segue a mesma dinâmica da observada acima para todos os subsetores juntos. Uma diferença para o exemplo anterior é que o crescimento do Grupo 1 é menor, e o do Grupo 4 maior. Com isto é possível concluir que a diminuição da concentração aqui vista é maior. Uma curiosidade é a que para o Grupo 4, ao final do período, o varejo ainda responde por quase 60% de todo o emprego do setor terciário nestas localidades, o que representa até mesmo um aumento da participação em relação à média inicial (no Grupo 1, por exemplo, a participação do setor no total dos serviços é por volta de 23% para o mesmo período). Os dados mostram ainda que quase não houve localidades onde o emprego não teve algum avanço, com apenas 17 destas com crescimento nulo ou negativo.

O Comércio Atacadista por sua vez apresenta um comportamento similar ao Varejista, com decréscimo e ganho relativo do Grupo 1 e 4 respectivamente em relação aos demais, o que indica desconcentração. Porém neste caso, o Grupo 3 tem um crescimento mais baixo que o 2, o que pode sugerir que muitas das cidades médias do Grupo 2 tiveram mais ímpeto de atração de investimento nesta área. De fato, o atacado ao contrário do varejo, possui uma tendência maior a se localizar em cidades maiores, muitas vezes servindo de base não só para suprir a demanda local, como para abastecer vizinhanças menores. Como comparação, o número de municípios aqui que registraram destruição ou crescimento nulo de vínculos foi de 922 (267 com crescimento negativo), mostrando como a capilaridade do avanço do emprego no período foi muito mais profunda no comércio de varejo.

A Tabela 15 traz por sua vez as informações para as atividades financeiras e para o grupo de serviços de valores mobiliários e outros. Para as instituições financeiras, é possível observar que existiu no período um processo de desconcentração das atividades, porém ao contrário dos setores de comércio, os centros regionais e as cidades médias dos Grupos 2 e 3 são aquelas com maior desenvoltura. É possível que esse resultado seja condizente com as próprias características do setor: de caráter mais técnico, necessitando de um contingente maior de mão de obra mais qualificada e de escala mínima maior para operar, estabelecendo-se em cidades com maior porte para ter mais volume de faturamento. Portanto, para muitas localidades do Grupo 4, possivelmente ainda não há uma desenvoltura econômica suficiente para gerar um crescimento local relevante.

Tabela 15 – Grupos de Municípios e Nordeste: Vínculos Empregatícios das Instituições Financeiras e do Grupo de Serviços de Valores Mobiliários, Administração de Imóveis e Outros – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

GRUPO	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	46.757	62.501	34%
GRUPO 2	10.033	20.297	102%
GRUPO 3	4.641	10.705	131%
GRUPO 4	1.729	3.107	80%
NORDESTE	63.160	96.610	53%
GRUPO	VALORES MOBILIÁRIOS, ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E OUTROS		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	298.177	725.092	143%
GRUPO 2	89.289	157.132	76%
GRUPO 3	15.274	31.156	104%
GRUPO 4	1.612	9.153	468%
NORDESTE	404.353	922.534	128%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

A maior desenvoltura dos centros urbanos médios pode ser ilustrada: enquanto as capitais dos estados têm um crescimento relativamente modesto, variando no intervalo entre 10% (São Luís - MA) à 90% (João Pessoa - PB), é possível notar que centros como Toritama - PE (386%), Petrolina (160%) e Mossoró (128%) crescem bem mais. Como ilustração do pouco espalhamento regional que as atividades ainda possuem, 649 municípios registraram ausência de vínculos, tanto na média inicial quanto na final, sendo majoritariamente constituídos por cidades do Grupo 4.

Já para o grupo composto pelas atividades de administração de imóveis, valores mobiliários e outros, um outro padrão de crescimento pode ser observado, com

um espalhamento relevante do emprego dentre as pequenas cidades do Grupo 4 e com as grandes cidades do Grupo 1 ainda com um desenvolvimento superior às demais dos Grupos 2 e 3. Como se trata de um grupo bastante variado de atividades (engloba ainda o conjunto de diversos serviços técnicos), a interpretação para determinar o porquê desse comportamento se torna a princípio não trivial dentro do escopo deste trabalho, uma vez que diferentes atividades podem estar sendo responsáveis por diferentes níveis de crescimento dentre os grupos.

Da Tabela 16 observa-se que tanto o grupo dos transportes e comunicações, quanto o grupo dos tradicionais serviços de alojamento e outros, apresentam uma desconcentração das atividades nos mesmos moldes visto acima pelo varejo por exemplo, com a evolução do emprego aumentando na medida que se transita de um grupo com cidades maiores para outro com localidades menores.

Tabela 16 – Grupos de Municípios e Nordeste: Vínculos Empregatícios do Grupo de Serviços de Transportes e Comunicações e do Grupo de Serviços de Alojamento, Alimentação, Manutenção e Outros – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

GRUPO	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	139.268	209.325	50%
GRUPO 2	44.342	105.295	137%
GRUPO 3	7.681	28.042	265%
GRUPO 4	2.371	10.059	324%
NORDESTE	193.662	352.721	82%
GRUPO	SERVIÇOS DE ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OUTROS		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	267.607	409.562	53%
GRUPO 2	97.131	167.639	73%
GRUPO 3	27.799	56.802	104%
GRUPO 4	4.724	16.214	243%
NORDESTE	397.261	650.216	64%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Alguns destaques para os transportes e comunicações: os municípios cearenses de Acarape – CE (criação de 759 vínculos: de 6 para 766) e Pereiro – CE<sup>20</sup> (criação de 646 vínculos: de 13 para 659) no Grupo 4; São Gonçalo do Amarante – RN (criação de 2.307 vínculos: de 60 para 2.367) (Grupo 3); e Vitória de Santo Antão – PE (criação de 1.043 vínculos: de 42 para 1084) (Grupo 2).

<sup>20</sup> Como visto na análise do valor adicionado, a microrregião onde se localiza o município de Pereiro – CE registrou o maior crescimento do valor adicionado dos serviços privados no período. O município em questão é um polo de serviços na área de telecomunicações.

Alguns destaques para o alojamento e demais serviços: Cajueiro da Praia – PI (criação de 255 vínculos: de 1 para 256) (Grupo 4); Jijoca de Jericoacoara – CE (criação de 2.089 vínculos: de 165 para 2.254) (Grupo 3); e Campina Grande – PB (criação de 5.111 vínculos: de 3.522 para 8.633) (Grupo 1).

Da Tabela 17, das atividades de saúde privadas, apesar do ótimo crescimento do emprego registrado por todos os grupos, é possível observar que os municípios dos Grupos 1 e 2 foram responsáveis por um crescimento maior. O resultado evidencia que provavelmente mesmo durante os últimos anos, muitas das localidades menores ainda permanecem em um nível de renda per capita que impossibilita o florescimento destas atividades, em que pese a concorrência do sistema público de saúde (mesmo que muitas vezes de menor complexidade). Com isso, assim como argumentado no caso dos serviços financeiros, existe uma escala mínima maior para muitas destas atividades conseguirem entrar em operação.

Tabela 17 – Grupos de Municípios e Nordeste: Vínculos Empregatícios dos Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários, e das Atividades de Ensino Privadas – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

GRUPO	SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS. E VETERINÁRIOS		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	116.486	270.673	132%
GRUPO 2	34.805	87.646	152%
GRUPO 3	9.337	18.875	102%
GRUPO 4	1.609	3.223	100%
NORDESTE	162.236	380.418	134%
GRUPO	ENSINO		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	114.658	278.845	143%
GRUPO 2	34.371	100.660	193%
GRUPO 3	9.693	26.271	171%
GRUPO 4	1.478	4.529	206%
NORDESTE	160.200	410.306	156%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Apesar do Grupo 2 ainda crescer mais que o Grupo 1, a evolução recente aponta um aumento da concentração das atividades de saúde. Algumas localidades com desenvolvimento relevante no período foram: Teresina – PI (criação de 16.911 vínculos: de 3.764 para 20.675, 449%) (Grupo 1); São José de Ribamar – MA (criação de 724 vínculos: de 35 para 760) (Grupo 2); e Petrolândia – PE (criação de 959 vínculos: de 5 para 965) (Grupo 3).

Por fim, as atividades de ensino privadas foram outro grupo importante que apresentou boa evolução no Nordeste no período. Neste último caso, ao contrário das atividades de saúde, o espalhamento das atividades fica mais claro. Aqui, o Grupo 4 teve crescimento superior aos demais. O resultado está de acordo com a interiorização observada do ensino superior na região, que após um primeiro impulso dado pela chegada de universidades públicas, está, mais recentemente, sendo conduzida pela iniciativa privada<sup>21</sup>.

Para este último grupo de serviços privados, algumas localidades com bom nível de crescimento foram: Abaiara – CE (criação de 248 vínculos: de 0 para 248) (Grupo 4); São Cristóvão – SE (criação de 2.999 vínculos: de 185 para 3.184) (Grupo 2); e João Pessoa – PB (criação de 14.589 vínculos: de 6.779 para 21.368, 215%) (Grupo 1).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância dos serviços sobre a dinâmica da economia nordestina levou a presente pesquisa a avaliar o setor de vários ângulos, com destaque para a separação das atividades públicas e privadas, assim como da observação do comportamento dos diversos subsectores inclusos. Nesse ponto, um dos principais achados é a importância que o crescimento dos serviços privados desempenhou no período, tanto para o crescimento regional, como para a diminuição das desigualdades internas. Essa percepção pode ser vista tanto a nível de empregos, como de valor adicionado bruto. O Nordeste, por exemplo, cresce acima da média brasileira para ambas as variáveis. Além disso, a desconcentração destas atividades, dos meios urbanos maiores para os menores, fica evidente tanto no estudo com microrregiões (Tabela 6) como com municípios (Tabela 13).

Um dos possíveis principais pilares para esse maior dinamismo do setor privado é a atuação de políticas regionais de desenvolvimento, como é o caso dos recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), e políticas estaduais. Há ainda de se destacar as políticas de transferência de renda atuantes no período estudado, como o Bolsa Família.

Este trabalho elucidou ainda como o setor terciário contribuiu para a superação de estados até então mais pobres, como o Maranhão e, principalmente, o Piauí. O primeiro estado teve seu desenvolvimento bastante vinculado ao crescimento dos setores da administração pública, como visto nos resultados do valor adicionado e dos vínculos. Ademais, em termos de vínculos é possível observar um significativo avanço da indústria e da agricultura formal. Já o estado do Piauí teve seu crescimento bastante influenciado pelo desenvolvimento do setor privado de serviços, como pôde ser visto tanto para os vínculos como para o valor adicionado. Assim como o Maranhão, o setor agrícola formal também teve particular importância aqui.

<sup>21</sup> Para mais informações: <https://goo.by/wfHMI>. Acesso em: 10 Feb. 2023.



Por fim, uma última contribuição importante vista aqui foi o resultado a respeito da desconcentração ou não das subatividades privadas de serviços. Foi possível constatar que a maioria das atividades conseguiram reduzir sua concentração espacial no Nordeste, com a maior parcela destas adentrando decisivamente nos municípios de menor tamanho. Em alguns casos, como o Comércio Atacadista e as Atividades de Ensino<sup>22</sup>, o grupo de cidades que inclui alguns centros regionais de grande e médio porte teve desenvolvimento mais destacado<sup>23</sup>. Porém, o trabalho ainda revela a dificuldade por parte das localidades menores em absorver Serviços Financeiros e de Saúde. Apesar do tamanho destes municípios incompatibilizar o surgimento de algumas destas atividades, o resultado mostra que ainda há algumas barreiras a serem superadas para uma distribuição menos concentrada das atividades terciárias no território.

22 O contínuo estímulo ao desenvolvimento das atividades de ensino é fundamental para uma maior oferta de mão de obra qualificada na região, o que contribui para um maior desenvolvimento das atividades.

23 O crescimento das atividades de ensino privadas teve um impulso importante a partir da criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) em 1999, que permitiu o financiamento do estudo a nível superior para milhares de estudantes em todo o país.

Como recomendação de estudos futuros, se destaca a importância de analisar os vínculos e salários setoriais por grau de escolaridade do indivíduo. A base de dados da RAIS permite essa separação e este seria um passo natural para maior compreensão da composição setorial do mercado de trabalho formal nordestino. Além disso, incorporar o semiárido na análise permitirá aumentar a compreensão do setor de serviços dentro do Nordeste.

## Referências

- ANDRADE BASTOS, S. Q. de; SOUZA, K. B. De & MACIEL, M. T. Setor de serviços em Juiz de Fora: uma análise comparativa entre os principais. [2008].
- ARBACHE, J. Produtividade no setor de serviços. *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes*, v. 2, p. 277-300, 2015.
- AZZONI, C. R. Setor terciário e concentração regional no Brasil. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (ed.). *Economia e Território: Setor terciário e concentração regional no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BECKER, G. S. *Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. University of Chicago press, 2009.
- BONELLI, R. & FONSECA, R. Ganhos de produtividade e de eficiência: novos resultados para a economia brasileira. 1998, mimeo.
- CAVALCANTI JUNIOR, C. A. A. & LIMA, J. P. R. O Semiárido Nordeste: Evolução Recente da Economia e do Setor Industrial. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 69-88, 2019.
- FRANÇA, G. N. *Relação entre escolaridade e renda no Brasil na década de 1990*. 2005. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Economia, UCB, Brasília, 2005.
- GIOVANNETTI, L. F. L. Inflação de serviços no Brasil: pressão de demanda ou de custos? 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11363>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- GOMES, G. M. Velhas Secas em Novos Sertões: Continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados nordestinos. Brasília: Ipea, 2001.
- IBGE. Banco de dados SIDRA. IBGE, 2021. Disponível em: <https://goo.by/CjKsi>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- IBGE. *Classificação Nacional de Atividades Econômicas: subclasses para uso da administração pública*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IBGE. *Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- IPEADATA. *População residente – 1º de julho - estimativas – (2002-2018)*. IpeaData. 2018. Disponível em: <https://goo.by/flq9q>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- KENESSEY, Z. The primary, secondary, tertiary and quaternary sectors of the economy. *Review of Income and Wealth*, v. 33, n. 4, pp. 359-385, 1987.
- KON, A. O novo regionalismo e o papel dos serviços no desenvolvimento: transformações das hierarquias econômicas regionais. *OIKOS (Rio de Janeiro)*, v. 8, n. 2, 2009.
- LACERDA, A. C. de. *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- OLIVEIRA, F. C.; MACHADO, D. C. & MATTOS, F. A. M. de. Dinâmica econômica e a heterogeneidade estrutural na Região Nordeste do Brasil entre 2003 e 2015. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 51, n. 4, p. 31-46, 2020.

RAIS. *Sistema Dardo*. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e da Previdência, 2022. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged>. Acesso em: 06 mar. 2022.

SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. *The American economic review*, v. 51, n. 1, pp. 1-17, 1961.

SILVA, A. M.; NEGRI, J. A. De & KUBOTA, L. C. Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil. In: NEGRI, João Alberto de; KUBOTA, Luis Claudio (org.). *Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil*. Brasília: Ipea, 2006, pp. 15-34.

SILVA, C. M.; MENEZES FILHO, N. & KOMATSU, B. Uma abordagem sobre o setor de serviços na economia brasileira. *InsperPolicyPaper*, v. 19, 2016.

SILVA, J. A. de; LOURENÇO, A. L. C. de. Revisitando o conceito de desindustrialização. *Oikos*, v. 13, n. 1, 2014.

SPINDOLA, F. D. & LIMA, J. P. R. Desindustrialização Regional no Brasil. *Nova Economia (UFMG)*, v. 27, pp. 247-293, 2017.

